



BOLETIM ANO IV – Nº 184

Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 2014

Prognóstico do Diap para a Câmara dos Deputados na eleição de 2014

Com base em informações qualificadas — como serviços prestados, vinculação a grupos políticos, econômicos e sociais, influência regional, estrutura partidária e apoio financeiro — o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) promoveu um amplo levantamento destinado à elaboração de um prognóstico sobre a composição da Câmara dos Deputados, a ser eleita em 2014.

Adotou-se, como metodologia, a consulta a jornalistas, parlamentares, pesquisas eleitorais, especialistas, e também partiu-se do pressuposto de que os candidatos à reeleição, deputados estaduais, vereadores de capitais e ex-prefeitos de grandes centros, bem como os suplentes bem votados na eleição anterior, dependendo da coligação, são competitivos.

Adverta-se, desde logo, que levantamentos com essas características, destinados a identificar os candidatos mais competitivos, estão sempre sujeitos a imprecisões e surpresas, razão para qual o fato de constar o nome nesta lista não significa que será eleito nem a ausência significará derrota. Trata-se de um esforço de antecipar tendência em relação à composição das bancadas, identificando os candidatos com potencial de eleição.

De acordo com a tabulação dos dados, que considera o possível desempenho eleitoral de cada partido em cada uma das 27 unidades da federação, a Câmara dos Deputados continuará muito pulverizada, com a redução das bancadas dos principais partidos em relação ao pleito de 2010 e aumento do número de agremiações com representação na Câmara, que deve passar de 22 para 28, conforme tabela abaixo.

Partido	Bancada eleita 2002	Bancada eleita 2006	Bancada eleita 2010	Bancada atual	Prognóstico 2014		
					Mín.	Média	Máx.
PT	91	83	88	88	70	82	95
PMDB	75	89	78	72	48	60	73
PSD	0	0	0	45	29	38	48
PSDB	70	66	53	44	36	44	53
PP	49	41	41	40	29	35	41
PR	32	25	42	32	23	27	32
DEM	84	65	43	28	20	22	25
PSB	22	27	34	24	23	28	34
SD	0	0	0	21	16	18	20
PROS	0	0	0	20	15	17	20
PTB	26	23	21	18	18	22	27
PDT	21	24	28	18	13	15	18
PCdoB	12	13	15	15	12	16	20
PSC	1	9	17	12	11	13	16
PRB	0	1	8	10	10	13	16
PV	5	13	15	8	9	11	14
PPS	15	22	12	6	9	10	11
PSOL	0	3	3	3	2	3	4
PMN	1	3	4	3	3	3	4
PTdoB	0	1	3	3	3	3	4
PRP	0	0	2	2	2	3	4
PEN	0	0	0	1	1	2	3

PTC	0	3	1	0	1	1	2
PHS	0	2	2	0	1	1	2
PRTB	0	0	2	0	1	1	2
PSDC	1	0	0	0	1	1	2
PTN	0	0	0	0	0	1	1
PSL	0	0	0	0	1	1	2
Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)							

A provável redução da bancada ou o número de eleitos se justifica, entre outras razões, pela criação de partidos em 2013, como PSD, Pros e SD, que tiveram importantes adesões, com a conseqüente perda de parlamentares em todos os grandes e médios partidos, com exceção do PT.

Segundo o prognóstico do Diap, apesar de menores, o PT e o PMDB continuarão, respectivamente, como primeira e segunda maiores bancadas. O PSDB continuará em terceiro lugar e o PSD e o PP disputam a quinta posição. O PR e o PSB disputam a sexta posição, seguidos do DEM, do PTB, do Pros, do SD, do PDT e do PCdoB.

Apenas dois partidos (PT e PMDB), que certamente terão mais de 50 deputados, poderão ser classificados como grandes. Na categoria de médio, com entre 20 a 49 deputados, podemos citar PSDB, PP, PSD, PSB, PR, DEM e PTB. Podem ser enquadrados como pequenos, com entre 10 a 19 deputados, os partidos: PRB, PV, PPS, SD, Pros, PDT, PCdo B e PSC. Na condição de muito pequenos, apelidados pejorativamente de nanicos, com menos de dez deputados, podemos citar: PsoL, PMN, PTdoB, PRP, PRTB, PTC, PEN, PHS, PSDC, PTN e PSL.

A julgar pelos aspectos apontados, o próximo presidente da República, seja quem for, terá que negociar com vários partidos no varejo (caso a caso) para formar maioria pontual e, acima de tudo, ficará na mão dos partidos médios (muitos dos quais fisiológicos). Num cenário desses, as chances de reformas estruturais são praticamente nulas. Ou haverá pressão popular ou o toma-lá-dá-cá tende a aumentar.
 Fonte : Conjur 12/09/2014 .(por Antonio Augusto Queiroz -Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap)

Correção de 4,5% no IR deixa de valer; contribuinte pode pagar mais em 2015

A defasagem na tabela do Imposto de Renda, hoje em 64%, corre o risco de crescer acima do previsto no próximo ano. Anunciada no fim de abril pela presidente Dilma Rousseff, a correção em 4,5% para 2015 deixou de valer. Isso porque a Medida Provisória 644/2014, que fixava o valor, passou em branco pelo Congresso e expirou. A MP tinha um prazo de 60 dias, prorrogável por mais 60, para ser avaliada pelo Legislativo. Mas no último dia 29 de agosto, em meio a período de campanha eleitoral, o dispositivo perdeu a validade. A correção de 4,5% elevaria o limite de isenção do IR para R\$ 1.868,22 no próximo ano.

“Agora o governo terá que encontrar outra alternativa para corrigir a tabela. Se não fizer nada, corre-se o risco de continuarmos com os valores deste ano”, afirma o presidente do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), Cláudio Damasceno.

Para o executivo, o governo ainda pode voltar a abordar o tema sob a forma de um projeto de lei, propondo novamente a correção. Outro caminho possível, acredita o tributarista Enos da Silva Alves, sócio do Cardillo & Prado Rossi Advogados, é o embutir o reajuste de 4,5% em alguma outra medida provisória até o fim do ano.

OAB pressiona STF para acelerar julgamento

Devido à expiração da MP, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) enviou na quarta-feira (10.09) um documento ao STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo prioridade no julgamento de uma ação que pede a correção da tabela pela inflação oficial, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

A entidade tenta convencer o Supremo de que a Lei nº 12.469/11, que tem corrigido a tabela abaixo da inflação desde 2007, é inconstitucional. Até agora, a União e o Congresso Nacional se manifestaram contrários à correção monetária.

No documento, a OAB pede ao ministro Luis Roberto Barroso para julgar a ação o quanto antes. “A efetiva correção da tabela tem imensa relevância não somente ao trabalhador brasileiro como a toda a cidadania. Cresceu a importância do tema diante da caducidade da MP 644”, disse o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, em nota enviada ao iG.

Para o tributarista Silva Alves, a chance de a ação ser julgada procedente é muito pequena. “O Supremo já tem decisões desfavoráveis neste sentido e reconheceu que o governo pode corrigir a tabela como bem entender. Esta ação serve mais para sensibilizar a sociedade”, comenta.

Outra via possível para corrigir a defasagem seria a aprovação do projeto de lei 6094/2013, apoiado pelo Sindifisco, que propõe a correção gradual da tabela ao longo de 10 anos. “Acreditamos que esta é a melhor alternativa para corrigir futuras defasagens”, afirma Damasceno.

Desde 2007, a Receita aplica o reajuste automático de 4,5% na faixa de isenção do IR, que corresponde ao centro da meta inflacionária do governo. Em 2013, o IPCA acumulou alta de 5,91%, e deve subir acima de 6% em 2014.

Ao longo dos anos, o reajuste abaixo do IPCA teria causado uma defasagem acumulada de 64,4% em 2014, de acordo com cálculos do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal). Entre 1996 e 2013, a tabela do IR foi corrigida em 89,96%, enquanto que o IPCA subiu 206,64% no mesmo período. No último ano, quem recebeu até R\$ 1.787 por mês ficou isento do imposto em 2014. Com a correção da tabela pela inflação, este limite subiria para R\$ 2.758 – o que poderia beneficiar 20 milhões de pessoas e dar isenção do imposto a 8 milhões, de acordo com a OAB.

Pelo andar da carruagem, contudo, Silva Alves acredita que a tendência é que o governo continue adotando um reajuste pequeno nos próximos anos. “Mesmo com a correção de 4,5%, essa defasagem já vai aumentar para 68% em 2015. Mais uma vez o contribuinte ficará no limbo, à mercê do governo”, diz.

10 mentiras no Imposto de Renda que não enganam a Receita:

1. Inventar dependentes que não existem para abater mais imposto.
2. Não informar salários/rendimentos ou informá-los com valor menor.
3. Inventar um plano de previdência privada que nunca foi pago.
4. Omitir rendimentos recebidos de imóvel alugado.
5. Forjar o pagamento de pensão alimentícia.
6. Declarar o mesmo dependente em duas declarações, geralmente do casal.
7. Informar como doação rendimentos que deveriam ser tributados.
8. Omitir lucro obtido com investimentos na Bolsa de Valores.
9. Incluir despesas médicas falsas ou em valor maior.
10. Esconder o patrimônio pessoal.

Fonte : Tribuna da Bahia - Por Tais Laporta 13/09/2014

Proposta institui contribuição para financiar entidades em defesa de aposentados

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 7890/14, do Senado Federal, que institui contribuição a ser paga pelos aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social em favor de entidades que atuam na defesa de seus interesses individuais e coletivos.

Pelo texto, a contribuição será recolhida uma vez ao ano e será de no mínimo R\$ 2. O valor será atualizado, anualmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro índice que vier a substituí-lo.

O valor será descontado da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas em dezembro de cada ano, pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que será responsável por destinar o valor para as entidades.

Conforme a proposta, o aposentado ou pensionista terá o direito de opor-se ao pagamento da contribuição, mediante notificação escrita ao INSS.

O projeto, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, foi sugerido pela Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas. A ideia da contribuição é financiar as entidades que defendem aposentados e pensionistas.

Tramitação

A proposta, que tramita em regime de prioridade, será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação (inclusive quanto ao mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, o texto seguirá para o Plenário.

Fonte: Agência Câmara Notícias - 16/09/2014 e Informativo Ernesto Pares 17/09/2014

CSB debate suas estratégias de atuação e fortalecimento em reunião da Executiva

Dirigentes de todo o Brasil se encontraram em Guarulhos para congregar forças e estabelecer o planejamento estratégico da Central

Nos dias 10 e 11 de setembro, a Diretoria Executiva da CSB se reuniu para debater o planejamento estratégico e as ações de organização da Central para manter e ampliar a atuação da Entidade na defesa da classe trabalhadora em nível nacional.

Dirigentes das regionais de todo o Brasil estiveram presentes ao encontro e discutiram os ideais de luta que pautam o trabalho da CSB. Uma das pautas do evento foi o crescimento da entidade, que conta com mais de 500 sindicatos filiados em todo o País. “A CSB é a central que mais cresce atualmente. Os companheiros vêm até nós porque sabem que aqui existe uma central plural, que congrega todos os interesses dos trabalhadores”, explicou o presidente Antonio Neto.

O dirigente ressaltou que a pluralidade da CSB permite unir todas as ideologias focadas nos interesses do povo e dos mais pobres, sem segregar militantes por partido ou ideologia política. “Aqui é a central que dá voz ao trabalhador e a seus dirigentes. Uma entidade apartidária e democrática. Nosso objetivo sempre será o debate de ideias e a luta incessante”, disse o presidente. Neto destacou ainda que a defesa da unicidade sindical e o fortalecimento das entidades sempre serão temas constantes no trabalho da Diretoria.

As lutas da CSB

Para a Central, o futuro do Brasil passa pela defesa do Pré-sal e pelo amplo desenvolvimento da Petrobras como motor propulsor para o progresso do País. Os dirigentes foram unânimes em destacar que o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho, depende muito do petróleo brasileiro. 75% dos royalties e 50% do fundo social do Pré-Sal serão destinados à educação, o que representa R\$ 1,3

trilhão nos próximos 35 anos. “A educação é um dos pilares do crescimento brasileiro. Precisamos defender o futuro que o Pré-sal nos dará”, afirmou Neto.

A Diretoria reiterou a necessidade de trazer à luz dos debates a pauta trabalhista tão amplamente defendida pela Entidade. O fim do fator previdenciário; jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial; regulamentação da Convenção 151 da OIT; ratificação da Convenção 158 da Organização; correção da tabela do Imposto de Renda (IR) na fonte; reajuste digno para os aposentados; mais investimentos em saúde, educação, segurança e transporte público de qualidade; redução na taxa de juros; reforma agrária e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres são as principais bandeiras de lutas defendidas pela Central junto ao governo.

Sobre os juros, os dirigentes destacaram que o compromisso de reduzir as taxas é a melhor opção para aquecer a economia e evitar que o dinheiro dos brasileiros seja desperdiçado com especulação financeira. Além disso, a Diretoria reiterou que esta política melhora a distribuição de renda e beneficia diretamente os trabalhadores. Para a CSB, é preciso investir mais na indústria, no comércio e na classe operária para o fortalecimento da economia.

O futuro

Sobre a conjuntura e o cenário político atuais, construídos pelo período eleitoral, a Diretoria afirmou que independente do candidato eleito, a Entidade se manterá firme na defesa dos interesses dos trabalhadores e lutará em todas as instâncias para levar a voz do povo ao Congresso e ao Executivo.

“A CSB tem força, visão estratégica, engajamento. O nosso compromisso e a nossa resistência são fundamentais para a luta. Não importa o tamanho dos obstáculos, sempre teremos pernas altas e vigor para superá-los”, disse Neto.

Debate

A reunião da Diretoria Executiva da CSB promoveu um amplo debate entre os dirigentes. A realidade das mulheres, a atuação regional da Central e o trabalho do corpo diretor estiveram na cena principal das discussões. Leia as principais declarações.

“O apoio da CSB nas questões específicas das categorias é essencial para o fortalecimento da luta. Para nós, contabilistas, esse respaldo tem sido fundamental.”

Luiz Sergio Lopes, vice-presidente

“Participei de várias centrais sindicais. A CSB é diferente de todas as outras pelas quais eu passei. Estamos aqui por um projeto.”

José Avelino Pereira (Chinelo), vice-presidente

“Saber que sou uma representante da CSB no Mato Grosso me dá forças para levar o nome da Central por todos os cantos do Estado. Nossa luta só se amplia.”

Diany Dias, vice-presidente

“As atividades de formação promovidas pela CSB são essenciais para a qualificação de seus dirigentes. Os cursos de negociação coletiva para os setores público e privado são essenciais e mostram a força e a preocupação da Central em preparar quem representa os trabalhadores.”

Alvaro Egea, secretário-geral

“É necessário orientar os trabalhadores, e esse trabalho a CSB faz com maestria. Por isso precisamos levar a todos a importância da Petrobras.”

Antonio Jorge, vice-presidente

“Vamos usar a força da CSB para que o governo ouça as nossas reivindicações e transforme nossas lutas em conquistas.”

João Alberto Fernandes, vice-presidente

“Esta diretoria é heroica. Precisamos parabenizar nossos diretores pela força. Cada um de nós contribuiu pra o sucesso coletivo e a abrangência que a Central tem hoje pelo País.”

Cosme Nogueira, diretor

“Somos formadores de opinião e integrantes de um corpo avançado do movimento sindical pelo conhecimento e pela experiência que temos. A CSB nos proporciona isso. Lutaremos pela segurança da democracia.”

Juvenal Cim, diretor

“Estamos aqui por uma convicção ideológica. Por vontade de representar a figura da mulher da CSB, na defesa da igualdade de gênero.”

Antonieta de Faria (Tieta), diretora

“Participaremos de todos os eventos que necessitarem da luta das mulheres. Temos a força da CSB nas mãos e no coração.”

Rita de Nazaré Melo Dias, diretora

“Vamos unir nossas forças para exigir a melhora nos salários dos aposentados. Uma central como a CSB, que valoriza as categorias diferenciadas, jamais fugirá desta luta.”

Itamar Kunert, diretor

“Precisamos trabalhar para avançar ainda mais. Temos de assumir nossa responsabilidade como sindicalistas, para fortalecer a representação dos trabalhadores e mostrar o poder de atuação e de crescimento da CSB.”

José Lucas, diretor

“As mulheres desempenham as mesmas funções dos homens, mas continuam ganhando menos. Vamos usar a força da CSB para mudar este cenário.”

Maria Abadia, diretora

Evento em Manaus para aperfeiçoar e capacitar representantes sindicais

CNPL apresenta: **CURSOS DE FORMAÇÃO SINDICAL 2014**

Saber um pouco mais sobre Sindicalismo

Objetivo: aperfeiçoar e capacitar os representantes sindicais para que possam conduzir as entidades pelos melhores caminhos.

Dias 30 e 31 de Outubro

Manaus/AM

Inscrições Em breve!

Para inscrições e pagamentos, acesse: **www.cnpl.org.br/cursos**.

PRÓXIMO CURSO EM GOIÂNIA. AGENDE-SE E PARTICIPE.

Informações, ligue: (61) 2103-1603.

CNPL
Confederação Nacional das Profissões Liberais

Filiado a:

